

OS HERDEIROS DA EDUCAÇÃO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O CENÁRIO BRASILEIRO

THE HEIRS OF EDUCATION: A BRIEF REFLECTION ON THE BRAZILIAN SCENARIO

Tamyres Gaby Martins Alves¹

Resumo: Foi durante a década de 1960, marcada pela efervescência dos movimentos estudantis, que o livro *Os Herdeiros* de Pierre Bourdieu, em colaboração com Jean-Claude Passeron, foi lançado na França. Na época em que o livro foi publicado, somente 6% dos alunos que frequentavam o ensino superior eram filhos de operários. Assim, as regras do jogo universitário francês eram explícitas, demonstrando que o sistema de ensino reproduz e ratifica as desigualdades sociais como desigualdades naturais. Levando em conta a atemporalidade do livro e as singularidades entre França e Brasil, *Os Herdeiros* foi a inspiração para construção desse texto. Cabe uma análise de quem são os herdeiros e os não-herdeiros da educação em nosso país.

Palavras chaves: Herdeiros. Capital Cultural. Habitus. Batalhadores.

Abstract: It was during the 1960s, marked by the effervescence of the student movement, the book *The Heirs* of Pierre Bourdieu, in collaboration with Jean-Claude Passeron, was released in France. By the time the book was published, only 6% of students attending higher education were the children of workers. Thus, the rules of the French university game were explicit, demonstrating that the education system reproduces and confirms the social inequalities as natural inequalities. Taking into account the timelessness of the book and the singularities between France and Brazil, *The Heirs* was the inspiration for building this text. It is an analysis of who are the heirs and not heirs of education in our country.

Keywords: Heirs. Cultural Capital. Habitus, battlers.

Introdução

No Brasil, a educação é privilégio dos jovens provenientes das camadas sociais mais abastadas. São esses jovens que estudam nas melhores escolas, preferencialmente privadas, e ingressam nas universidades públicas em cursos de prestígio, marcando, a manutenção do *status quo* e conseqüentemente de uma ordem simbólica. Diante dessa realidade, as cotas² e programas como o ProUni³ e Fies⁴ começam a ressignificar o cenário educacional, movimentando uma alteração cognitiva.

¹Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista UNESP/Campus Araraquara. E-mail:tamyres.gabyalves@gmail.com

²Lei nº 12.711/2012.

³ProUni: Programa Universidade para Todos, criado durante o primeiro governo Lula o programa tem o objetivo conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas pelo critério socioeconômico.

Novos estudantes das classes populares e provenientes das escolas públicas passam a ingressar no ensino superior, ocupando um espaço ao qual anteriormente eram excluídos. Em meio a um contexto de estratégias de acesso à universidade, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁵ torna-se porta de entrada, por meio do ProUni anteriormente citado e do Sistema de Seleção Unificada (SISU)⁶. Só no ano de 2015, o ENEM contou com 7,7 milhões de inscritos, segundo dados do Ministério da Educação, o que mostra a importância que o exame ganha nos últimos anos devido a todos os benefícios de alocação ao ensino superior, seja como bolsista do ProUni ou como estudante em uma universidade federal.

A educação é marcada pela ótica de privilegiar uma cultura dominante e a escola tem o papel fundamental de perpetuar essa desigualdade. Esse é o ponto das conclusões de Pierre Bourdieu. Longe de uma neutralidade, cabe à escola eleger os herdeiros e os não-herdeiros.

A sociologia da educação surge nos primeiros anos de carreira acadêmica de Bourdieu. O autor francês passa a mostrar os papéis da família e da escola na transmissão de determinada cultura (capital cultural). Em suma, a escola seleciona arbitrariamente determinada cultura como legítima, e a instituição escolar torna-se uma matriz de lutas, que certifica cada ator em seu espaço social⁷.

A escola e a manutenção da cultura dominante

A instituição escolar tem papel crucial na sociedade, porém cabe mostrar que a escola nem sempre é a porta de entrada para um futuro de oportunidades e mesmo da promoção de uma igualdade democrática de ensino. Existem limites no papel da escola enquanto libertadora. No livro *A Reprodução Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, escrito posteriormente aos *Herdeiros*, e novamente com a colaboração de Passeron, Bourdieu explicita muitos processos pelos quais as dicotomias escolares se viabilizam.

Portanto, mesmo que considerando limites numa análise oriunda do contexto francês, a obra de Bourdieu é inspiradora para pensar que a escola é uma instância conservadora e que

⁴Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) é um programa que tem o objetivo financiar a graduação no ensino superior em instituições privadas.

⁵ENEM: Criado no ano de 1998 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o exame tinha como objetivo avaliar anualmente estudantes do Ensino Médio. Durante o governo Lula, o ENEM passa a ter a função de ingresso à universidade pública e privada.

⁶SISU: O Sistema de Seleção Unificada é um mecanismo criado pelo Ministério da Educação no ano de 2009 que selecionou estudantes para instituições públicas de ensino superior a partir da nota obtida no ENEM.

⁷ Espaço social: Representa a estrutura da sociedade de acordo com o volume de capital social, simbólico, cultural e econômico de cada ator. Ou seja, o espaço social aloca um conjunto de posições hierarquizadas por meio do campo e os capitais que cada campo privilegia.

seu caráter é atrelado à manutenção constante de uma ordem simbólica. Ao delimitar fronteiras implicitamente, a instituição escolar trata o descompasso social como um descompasso natural, e assim legitima os herdeiros que são eleitos por possuírem um capital cultural amplo. Basicamente, a escola privilegia aqueles jovens que já tem uma bagagem cultural oriunda de suas famílias. Sobre isso, Bourdieu discorre (p. 37, 2014):

O sistema escolar age como o demônio de Maxwell: a custo do gasto de energia necessária para realizar a operação de triagem, ele mantém a ordem preexistente, isto é, a separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes.

O capital cultural é um conceito crucial para se apreender essa desigualdade de desempenho educacional de estudantes oriundos de diferentes classes sociais na França, podendo-se relacioná-lo ao chamado “sucesso escolar”, que seriam, no caso, os benefícios que os estudantes de distintas classes adquirem e obtêm na trajetória escolar, e como que o capital cultural é empregado nas diferentes modalidades sociais. Esse conceito é condicionado pela transmissão da família e pelo sistema escolar, e pode ser observado sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado.

Dessa maneira, o capital cultural incorporado está atrelado às disposições do corpo, ou seja, à maneira de se sentar, comer, caminhar, falar, etc. Já o estado objetivado é a materialização do bem cultural como a posse de livros, quadros, entre outros. E, por fim, a institucionalização do capital cultural ocorre por meio de títulos escolares e diplomas universitários.

A crença de uma “escola libertadora”, de dom e genialidade é totalmente inexistente; a escola não passa de um sistema de conservação social, que confirma a herança cultural. Bourdieu e Passeron ratificam a escola como reprodutora de uma lógica dominante, e o papel determinante do capital cultural nessa relação, afinal a escola leva em consideração a aquisição ampla do saber (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 92-93):

Os defensores da agregação podem legitimamente arguir que, em oposição a um sistema de solução fundado na qualidade estatutária e no nascimento, o concurso oferece a todos chances iguais. Isso é esquecer que a igualdade formal que o concurso assegura apenas transforma o privilégio em mérito, pois permite que a ação da origem social continue se exercendo, mas por vias mais secretas. O sistema de educação deve, entre outras funções,

produzir sujeitos selecionados e hierarquizados de uma vez por todas e para toda a vida.

A partir de uma representação gráfica, do livro *Os herdeiros*, Bourdieu e Passeron demonstram o quanto às chances escolares estão atreladas à origem social e, assim, define-se quem são os herdeiros legítimos. Portanto, a instituição escolar promove arbitrariamente a violência simbólica⁸ em detrimento ao estudante que não possui a cultura legítima estabelecida. Dessa forma, Bourdieu e Passeron ratificam que (2014, p. 30-31):

Numa população de estudantes, não se apreende mais que o resultado final de um conjunto de influências decorrentes da origem social e cuja ação exerce-se há muito tempo. Para os estudantes originários das classes baixas que sobreviveram à eliminação, as desvantagens iniciais evoluíram, o passado social transformando-se em passivo escolar pelo jogo de mecanismos de substituição, tais como orientações precoces e frequentemente mal informadas, as escolhas forçadas ou as repetências.

Em suma, a escola personifica a máxima do “ser desse jeito por natureza”, pois as classes menos favorecidas, conscientes de seu destino e inconscientes da maneira como esse destino é criado, corroboram para a sua concretização. Por exemplo, uma mãe que diz que seu filho “não é bom em português, ou em matemática”, reforça a ideia de que o filho seja desse jeito, articulando uma resposta racional para aquilo que ela implicitamente desconhece: o *habitus*.

O conceito de *habitus* é central no pensamento de Bourdieu, e funciona como uma resposta que damos à realidade social. Segundo Bourdieu (2014), a visão de mundo de um indivíduo, ou seja, o sentido empregado por ele ao mundo social está atrelado ao seu processo de socialização. Um ponto crucial é que o *habitus* personifica uma dualidade: são diferenciados, mas também são diferenciadores. Assim, eles operam as práticas distintas e distintivas (2014, p. 22):

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas- o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.

Esse conceito permite olhar para uma constante de transformação já que nos auxilia a refletir acerca das características de uma determinada orientação, de identidades sociais e

⁸ Violência Simbólica: Conceito de Bourdieu, a violência simbólica é a dominação consentida por meio de regras e crenças. Ela é tratada como algo “natural” e, assim, não se reconhece o grau arbitrário imposto pelos dominantes de um campo.

trajetórias biográficas. Primeiramente, é a família ou o grupo de origem que inclina o *habitus* e posteriormente ele é condicionado pela escola. Assim cada indivíduo carrega um *habitus* intrínseco a sua trajetória biográfica e as alicerces relacionais são reproduzidos evidenciando o papel ativo de cada um no espaço social.

O conjunto de disposições leia-se *habitus*, norteia as respostas que são dadas à realidade social. Quando se pensa neste conjunto de disposições, ratifica-se as motivações pré-conscientes do agente. Bourdieu corrobora e destitui com a máxima de que a instituição escolar realiza uma seleção dotada de neutralidade.

Portanto, o desempenho escolar está ligado à origem social do estudante, pondo fim à hipótese da meritocracia e da genialidade. Bourdieu e Passeron, transfiguram a discussão sobre a educação de sua época indicando a escola como reprodutora da dominação simbólica e destrinchando o papel do capital cultural nessa relação. Os herdeiros são justamente aqueles que possuem o capital cultural. Um outro ponto importante, e que Bourdieu fomenta, diz respeito não só à bagagem cultural adquirida com a família, e sim à valorização que a escola aplica para a forma do aluno se relacionar com o saber e a cultura. Em linhas gerais, os jovens alunos provenientes de uma camada dominante estão mais predispostos, e por isso lidam com essa relação saber e cultura de uma maneira desvolta.

De forma ampla, a contribuição de Bourdieu à educação concebe seu caráter de romper com o senso comum e ratificar que os mecanismos sociais são dotados de construções e estruturas que objetivam manter a herança cultural. No plano simbólico, a educação se perpetua em fomentar a dominação de uma classe social sobre a outra. Porém, cabe reiterar que essa contribuição do autor está muito ligada à realidade francesa e a como o seu sistema escolar se reproduz.

Assim, as singularidades da França e do Brasil são inúmeras, além da contextualização histórica, visto que Bourdieu escreveu seus estudos de educação na década de 1960 do século XX. Devido às retificações pertinentes a geografia, cultura e contexto histórico, salienta-se que a inspiração do autor para esse texto é inevitável, e entendemos que algumas das suas considerações (escola como reprodutora de uma cultura dominante, escola como promotora de violência simbólica, dentre outros) permanecem presentes. A seguir, uma breve apresentação no que concerne a realidade brasileira.

Os herdeiros e não- herdeiros: o caso brasileiro

Considerando-se a atemporalidade da obra *Os herdeiros*, sua leitura foi fundamental para a construção do texto, mesmo avaliando as peculiaridades do contexto francês da década

de 1960 e as do Brasil dos dias atuais. Assim, em nosso país, os jovens provenientes das camadas sociais privilegiadas estudaram em escolas privadas e tiveram um ensino condizente ao exigido pelos vestibulares, e em decorrência disso ingressaram em universidades públicas ou em universidades privadas de prestígio. Esses estudantes estão no ambiente legítimo de perpetuação da ordem simbólica, ou seja, da cultura dominante. Segundo Nogueira (2000), para esses jovens, entrar na universidade é um destino escolar e, portanto, o *habitus* desses jovens é condicionado para o ingresso ao ensino superior. Além das melhores escolas frequentadas por estes estudantes, muitos também frequentaram cursinhos pré-vestibulares. Whitaker (1989) coloca a expressão “efeito cursinho” para explicar sobre a maior probabilidade de sucesso entre os jovens ingressantes nas universidades que foram alunos de “cursinhos”.

Por outro lado, os jovens das camadas populares, que estudaram em escolas públicas, têm outra trajetória traçada em meio às disparidades educacionais, pois esses jovens estão inseridos numa conjuntura dividida entre o período escolar e uma imediata absorção pelo mercado de trabalho. O ingresso à universidade não advém da obviedade do destino escolar, como no caso dos jovens das escolas privadas, visto que suas biografias não são delineadas pela conquista do diploma universitário. Assim, não é difícil encontrar jovens matriculados no ensino médio, principalmente no período noturno que trabalham. Para Rodrigues (1995), o trabalhador/estudante está vivenciando a divisão social do trabalho. O que na verdade atenua a situação do estudante que trabalha, ou mesmo do que não trabalha, é o caráter classista da escola que define o sucesso e fracasso escolar.

Em um breve retrospecto histórico, vale citar a raiz dessa relação escola/trabalho e como essa condição é estabelecida. No ano de 1924, é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que teve um papel relevante na articulação educacional. A partir de vários debates conduzidos sob a sua direção, a educação passa a ser um assunto de especialistas. Durante o governo de Getúlio Vargas, a questão educacional é posta sob o bojo da ABE, que passa a ser interlocutora nessa área (ALMEIDA, 2008).

Na década de 1940, os bacharéis educadores oriundos da ABE (figuras como Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros) adquiriram influência fundamental, pois sob suas inspirações o Estado torna-se o único responsável pelas diretrizes educacionais, e a obrigatoriedade escolar é definida. A escola passa a ser, portanto, um espaço imprescindível para o aprendizado de uma cultura em comum, e assim a ideia de nação/pátria e cidadania são fomentadas.

Porém, essa ideia de nação/pátria e cidadania é posteriormente substituída por uma nova lógica, num processo em que os educadores são substituídos pelos economistas, que se tornam responsáveis em conduzir uma nova forma de manejar a educação. Essa nova lógica está diretamente atrelada ao trabalho, pois a mão de obra para o desenvolvimento passa a ser crucial, e as políticas públicas são pensadas a partir da teoria do capital humano, desenvolvida pelos economistas da Universidade de Chicago. Vale ressaltar que o período em questão é marcado pela Guerra Fria e se dá no contexto das disputas internas do espaço universitário norte-americano, no que compete às correntes teóricas (ALMEIDA, 2008). Com o golpe militar de 1964, os economistas foram incorporados como dirigentes, e essa nova lógica de se pensar a educação é posta em prática. Logo, a educação é reesignificada como um “planejamento de mercado” (ALMEIDA, 2008).

Em suma, podemos concluir que essa nova forma de pensar a educação, pautada na qualificação da mão de obra, ainda é hegemônica. Os jovens, atualmente, ou acabam ingressando no mercado de trabalho após concluírem o ensino médio, ou conciliam o trabalho com a escola e assim suprem suas aspirações no plano material. Apesar, portanto, da democratização do ensino superior, esses jovens das camadas populares dificilmente foram orientados dentro da escola acerca da continuidade dos estudos em uma universidade.

É importante também destacar a importância das famílias nas trajetórias dos jovens. Tanto a escola quanto a família carregam em seu cerne a reprodução social e a transmissão cultural, porém cada uma o faz dentro de suas estratégias. Para Bourdieu (1996), a família reproduz o capital simbólico e social enquanto a escola condiciona o capital escolar, e esse capital contém em seu âmago um conhecimento genérico e específico (ROMANELLI, 2000). Isso pode ser exemplificado para pensar o vestibular, pois os alunos que passam com mais facilidade por esse exame tiveram um capital escolar específico condicionado para o ingresso.

Os jovens batalhadores

Os jovens das camadas populares podem ser reconhecidos como os batalhadores, definição do sociólogo Jessé Souza (2012), de uma classe intermediária entre a “ralé” e as classes dominantes. Os batalhadores são os jovens das escolas públicas que conseguiram ingressar na universidade privada ou mesmo em universidades públicas, tendo que conciliar estudo e trabalho. Esse grupo tem famílias estruturadas, além de um alto alicerce religioso, e não tiveram um “privilegio de nascimento” como as classes altas. Além disso, suas trajetórias são delineadas por diligências pessoais. Nas palavras de Souza (2012, p. 51):

Os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido uma etapa importante da vida dividida entre a brincadeira e estudo. A necessidade do trabalho se impõem desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média.

A “ralé”, como explana provocativamente Jessé Souza, é desprovida dessas características perfiladas dos “batalhadores”, ou seja, eles não possuem nenhum tipo de capital. Portanto, a “ralé” não possui escolaridade ampla e nenhum estímulo, tornando-os “derrotados”, além do corrosivo caráter familiar e afetivo somados à exploração e vulnerabilidade a que são submetidos.

Para construir o arcabouço da constituição dos batalhadores, é importante considerar os fluxos culturais inerentes às mobilidades sociais. Ou seja, os batalhadores estão distribuídos numa diversidade plena, pensando-se na esfera do trabalho. Os batalhadores estão aptos a uma constante flexibilidade de adaptação ao mundo social e sobrevivem de acordo com as estratégias de organização e produção. Trabalham em jornadas duras, as vezes com a família em pequenos negócios improvisados e em condições às vezes insalubres na busca por melhores condições de vida.

O sentido que os rege está ligado a uma ética do trabalho e é esta ética que os incorpora ao mundo social. Essa ideia de ética do trabalho remonta a ascese protestante de Max Weber, onde o sentido também está atrelado ao trabalho, porém o pacto está na salvação das almas. Assim, quanto mais se trabalha e se adquire bens, mais perto se está do céu, enquanto a ética dos batalhadores é a de que quanto mais se trabalha mais perto se está de uma ascensão social ou de uma realização material. O tom sagrado da ascese é ressignificado sob a ótica do trabalho em prol das melhorias sociais e materiais.

Jessé Souza (2012) refuta a ideia de que as classes sociais são condicionadas pela renda, como argumentam os economistas liberais. Atrelar classe à renda é negligenciar o processo implícito de transmissão afetiva e de valores que constrói o ator social. Assim, o autor explana que o fenômeno social e político que nasce no cerne da sociedade brasileira é o do surgimento de uma “nova classe trabalhadora” e não de uma “nova classe média”. A classe dominante carrega o privilégio do acesso, o que pode ser apreendido como a facilidade de acesso ao círculo universitário. O capital fundamental para os batalhadores é o “capital familiar”, pois sua transmissão coloca em voga a ascensão social desta classe.

Os jovens que ingressam nas universidades por meio de cotas e programas como o ProUni ou Fies podem ser reconhecidos como os batalhadores, e mais do que isso, suas famílias personificam esse cenário tão vivo da sociedade atual. Famílias que se orientam a

partir de uma ética no trabalho e que acreditam que, a partir da continuidade dos estudos seus filhos, vão traçar mudanças significativas que podem traduzir uma consolidação social e um caminho menos árduo de ascensão.

Segundo dados do IBGE, em 2004, 54,5% dos estudantes das universidades públicas pertenciam à parcela de 20% mais rica da população (renda média por pessoa da residência de R\$2,9 mil), sendo que em 2013 esse grupo passou a ocupar 36,4% das vagas públicas. Na outra ponta, os estudantes pertencentes à população mais pobre ocupavam 1,2% das vagas no ensino superior público, e quase uma década depois esse número subiu para 7,6%. Apesar dessa mudança significativa e simbólica no cenário educacional, vale destacar que a mesma pesquisa do IBGE indica que os estudantes brancos e da parcela mais rica da população ainda representam a maioria dos universitários.

Capital cultural e econômico: Pensando o contexto brasileiro

O capital cultural é uma importante ferramenta de legitimação dos herdeiros, pensando-se no caso francês. Porém, devido às singularidades, é importante uma reflexão no que concerne ao capital cultural e capital econômico no Brasil, e qual deles seria de fato o condicionante de legitimação de uma cultura dominante. Para Bourdieu, a sociedade desdobra-se num conjunto relacional, ou seja, pelas hierarquias condicionadas pelo capital. Capitais que entram no âmago das relações econômicas (capital econômico), simbólicas (capital simbólico) sociais (capital social) e culturais (capital cultural) dos agentes. Dessa maneira, o privilégio de um grupo dentro de um campo está diretamente atrelado ao volume de capital adquirido.

Para Mauger (2013), mesmo com a implantação da democratização no sistema de ensino na França, existem mecanismos objetivos que condicionam a eliminação contínua das classes sociais menos favorecidas. Assim, o sucesso escolar ainda está atrelado à questão social. Em diálogo com as pesquisas de Bourdieu, Mauger (2013) afirma que o fato do sucesso escolar ser menos frequente nas classes populares do que nas dominantes ocorre em decorrência das desigualdades das condições materiais de existência. Isto leva ao pressuposto de que o sucesso escolar está na distribuição desigual do capital econômico.

Para Martins (2015), o capital cultural é importante para a manutenção e reconversão, porém no Brasil o que existe é uma valorização do capital econômico em detrimento do capital cultural. Portanto, pensando o caso do nosso país, podemos apreender que as escolas privadas oferecem um capital condicionado para o acesso às melhores

universidades que, em sua maioria, são de caráter público. Este capital escolar só pode ser mediado via capital econômico, o que acaba sendo mais valorizado que o capital cultural dentro de um privilégio de acesso. Assim, pode-se identificar mesmo de forma embrionária que o êxito da longa trajetória escolar é condicionado por um conjunto de capitais, porém o capital econômico é o que sustenta o privilégio de acesso às melhores escolas e universidades e posteriormente sua sustentação é mediada pelo capital cultural.

Em suma, importantes mudanças vêm sendo traçadas nos últimos anos com o objetivo de tornar o ensino superior brasileiro democrático. Fruto de uma longa luta social, não se pode deixar de citar que a luta por essa democratização é contínua e ainda encontra-se longe de cessar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria. O assalto à educação pelos economistas. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, 2008.

_____. A noção de capital cultural é útil para pensar o Brasil? In: Zago, N. *Sociologia da educação: Pesquisa e realidade*. Petrópolis, 2007

ALVES, Tamyres Gaby Martins. *A relação do Estado e Mercado privado nos parâmetros educacionais e as representações sociais: o caso Prouni*. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais, UNESP-Araraquara, SP, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Editora Vozes, 2012 (Jean Claude Passeron).

_____. *Escritos de Educação*. Editora Vozes: Petrópolis, 2012.

_____. *Os herdeiros, os estudantes e a cultura*. Editora UFSC, 2014 (Jean-Claude Passeron).

_____. *Razões Práticas*. Campinas, SP: Papirus, 2014.

D'AVILA, José. *Trajетória escolar: investimento familiar e determinação de classe*. Educação e Sociedade, 1998

MARTINS, Thais Joi. *Desejo, necessidade e realidade: os marcadores culturais e econômicos e suas implicações ocupacionais para o grupo profissional de engenheiros de produção no Brasil*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2015.

MAUGER, Gérard. Juventude: idades da vida e gerações. In: *Dados*, vol.56, nº1, Rio de Janeiro, jan/mar 2013.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar: Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: *Familia*

e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. Editora Vozes, 2000.

Portal IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Último acesso: 10/10/2016

Portal Ministério da educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Último acesso: 10/10/2016.

Portal Prouni. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Último acesso: 10/10/2016.

Portal Palácio do Planalto. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Último acesso: 10/10/2016.

RODRIGUES, E.M. *Ensino Noturno de 2º grau: O fracasso da escola ou a escolado fracasso?* Educação e Realidade. Porto Alegre, n20, p. 49-72, 1995

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: O estudante trabalhador. In: *Família e Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Org: Nogueira, Maria Alice, Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Editora UFMG, 2012.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WHITAKER, Dulce. *UNESP: Diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos*. Pesquisa Vunesp, 2, São Paulo. Vunesp, 1989.